

A TENSÃO GLOBAL “VERSUS” LOCAL

Ednaldo Michellon¹

Introdução

Este “paper” tem o objetivo de discutir os limites e as possibilidades de um desenvolvimento local/regional frente aos constrangimentos impostos pela globalização, cujas características principais têm sido o aumento do poderio das empresas e bancos transnacionais e o enfraquecimento dos Estados nacionais.

Para isso, fez-se a revisão bibliográfica de alguns autores, e, secundariamente buscou-se também a contribuição pontual de outros, que trataram o tema sob ângulos diferentes, convergindo para a tensão dialética que envolve a discussão global “versus” local, tentando-se responder ainda, em que medida o global valorizou ou desvalorizou o local/regional?

As nossas opiniões estão permeadas por todo o texto, aparecendo de acordo com a exposição dos autores citados, ora em concordância, ora em forma de crítica e acréscimo às colocações feitas por eles.

Contribuições e Discussão

Inicialmente tomamos as contribuições de SÉRGIO BOISIER, para quem a globalização traz implicações políticas, econômicas, sociais e geográficas juntamente com o debilitamento do Estado nacional e o paralelo fortalecimento de quase-Estados supranacionais e subnacionais.

Portanto, temos aí uma discussão que os demais autores também comentam, e que pode ser entendida como sendo um primeiro limite

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Economia, Doutorando no Instituto de Economia da UNICAMP, Professor da Universidade Estadual de Maringá.

e uma possibilidade, ou seja, o desenvolvimento regional deverá passar por uma instância supranacional ou subnacional. Os blocos seriam uma espécie de busca do desenvolvimento local-ampliado, um macro-local, composto de diversos micro-locais. No primeiro caso, o Brasil está tentando contribuir na construção do Mercosul, que poderá ser uma instância supranacional dos países do Cone Sul da América Latina, ampliando o poder em bloco.

Essa seria uma das tentativas de resistir às políticas do G7, através da constituição de blocos regionais de desenvolvimento, entre "países pobres", na tentativa de fortalecer os mercados regionais, atraindo capitais privados externos e mesmo internos às regiões, pelo aumento das expectativas favoráveis aos investimentos no bloco, que passa a apresentar um aumento na demanda potencial por bens e serviços. Esse processo de planejamento, constituição e manutenção desses mercados comuns devem estar sob a coordenação dos Estados Nacionais, respeitadas as peculiaridades culturais, sociais, econômicas e políticas de cada membro. Em outras palavras, busca-se o fortalecimento da "soberania regional" pela somatória das soberanias individuais, acreditando-se, pelo princípio da *holística*, que o todo será maior que a soma das partes; justificando-se essa tentativa de coordenação geral, ante um cenário internacional adverso e que crescentemente enfraquece os Estados Nacionais periféricos.

Em segundo lugar, os governos subnacionais parecem estar sendo fortalecidos pelas reações do tipo tribal. Paradoxalmente à globalização, tem-se levantado um movimento denominado "tribalização", em que, na tentativa de resistir àquela, procura-se organizar, de uma forma **quase-feudal**, as regiões dentro de um Estado Nacional. Está praticamente inevitável coibir-se a constituição destas pois, ante a ineficiência das políticas macroeconômicas, de caráter geral, "pela redução do espaço de manobra dos governos nacionais" (BOISIER, 1996 : 84), os poderes públicos e privados subnacionais tentam articular a sua agenda de desenvolvimento. Estas ações em prol das soluções locais, está fazendo ressurgir as teorias de desenvolvimento regional, que, se bem articuladas territorialmente, sob a coordenação do Estado Central -

respeitando-se a sua soberania, podem representar um novo marco no desenvolvimento nacional². "(...) *La globalización empuja a poblaciones e individuos, a países, regiones y localidades, a nuevas formas de interdependencia, el las cuales se experimentan formas inéditas de cooperación y de resolución de conflictos*". (MÜLLER, apud BOISIER, 1996 : 84) Neste sentido, poderá surgir possíveis contradições entre a regionalização supranacional e o acirramento dos interesses locais/subnacionais, exigindo-se *governance* adequada para solução dos conflitos.

Em seguida, BOISIER fala dos cenários para o desenvolvimento regional, apontando para a necessidade de haver "un cambio en los fundamentos científicos de 'la cuestión regional'" (op. cit. 85) Essa proposta, que corrobora com as citações anteriores, parte do princípio da troca dos paradigmas: de positivista para construtivista; de analítico para complexo, de verticalista para um paradigma sincrético, que mescle inteligentemente as forças exógenas do crescimento regional com as forças endógenas de desenvolvimento regional.

Ante estes desafios colocados para o desenvolvimento local/regional, o autor coloca a **descentralização** como uma espécie de pedra angular que poderá unir a economia e a política: "*Flexibilidad y complejidad son ahora descriptores del éxito*". (op.cit. 86) Em boa medida, isso se deve à necessidade de conciliar-se as políticas de decisões nacionais e as de âmbito das decisões regionais. Aos entes subnacionais cabe a tarefa de posicionar-se em quatro *nichos* produzidos pelos novos cenários: competitividade, modernização, equidade e participação: "*En otras palabras, toda región debe tratar de ser competitiva, vendiendo productos con alto contenido de conocimiento, repartiendo mejor las ganancias, con modelos democráticos de gestión social*". (op.cit. 86) BOISIER afirma explicitamente neste aspecto, que esta é uma tarefa de governo, de um território organizado:

O papel de organizar o estado para desenvolvê-lo, para BOISIER, não deve ser deixado para o mercado pois, este não contempla o

² Ademais, não pode esquecer que: "No discurso neoliberal isto não tem guarida, pois a busca é a da eficiência e não a da equidade. Assim, falceram as políticas tradicionais de desenvolvimento regional em quase todos os países". [grilo nosso] (CANO, 1997 : 134)

ordenamento territorial naqueles novos cenários. Dito de outra maneira, nos cânones da teoria neoclássica sobre o mercado equilibrado, parece não haver espaço para ações locais que contemplem o ordenamento territorial com vistas ao aproveitamento das forças endógenas e exógenas que contribuam com o processo de desenvolvimento. *Así es que el logro de un dado o deseado ordenamiento territorial parece configurar un primer objetivo de una política regional, cualquiera sea el contexto histórico de ella*. (op.cit. 87-8)

Por isso, é preciso que o governo central tenha um mínimo de soberania, no caso de países Federalistas, com o revigoramento do mesmo, para garantir que as regiões se desenvolvam evitando-se a fragmentação das mesmas, gerando desgaste para o conjunto, em função das medidas descentralizadoras e de transferência de responsabilidades.

O desenvolvimento local/regional para BOISIER passa também pela transformação da informação em conhecimento. Sendo assim, a **sociedade do conhecimento** é a vantagem comparativa mais importante e, este é o desafio para os governos territoriais regionais ou subnacionais: romper com o analfabetismo contemporâneo que dificulta construir estruturas cognitivas complexas. É tarefa de governo transformar as informações estatísticas isoladas para aproveitamento em programas e projetos que vão de encontro aos anseios da comunidade com vistas ao processo de desenvolvimento. Essa premissa torna-se mais urgente, ante a constatação de que há uma clara concentração de conhecimento e dos investimentos em P & D nos países centrais.

Ademais, é papel do governo promover a equidade nas oportunidades de crescimento intelectual pois, como se sabe, o mercado não promove essa redistribuição, muito ao contrário, paradoxalmente no contexto da globalização parecem estar se concentrando ainda mais, ao mesmo tempo em que os graus de liberdade dos Estados nacionais tendem a ser reduzidos. Por isso, BOISIER argumenta que ao invés das políticas dos anos 60 que privilegiavam os lugares, é preciso redesenhá-las no sentido de uma

*focalización*³ do gasto social em forma de ajuda direta às pessoas.

Esta tem sido a tendência observada na política agrícola dos países desenvolvidos, especialmente na reforma da PAC (Política Agrícola Comum) da Comunidade Européia e também na reforma da Política Agrícola dos Estados Unidos, onde o apoio está sendo direcionado ao produtor e não ao produto. Dito de outra maneira, a opção tem sido pela ajuda direta e não indireta - apóia-se quem mora no campo, no local da ação e não o produto. Trata-se, portanto, de evitar que os impostos pagos pelas pessoas pobres das regiões mais ricas sejam transferidos para os ricos das regiões mais pobres.

Sintetizando as propostas acima, Boisier reafirma a necessidade da configuração de uma política regional, definida em nível nacional mas, aberta às contribuições de cada região/local, ainda que seja nos marcos da globalização: *“El ‘partenariado’ entre el Estado y cada región en relación a la competitividad, a la reconversión, a la creación de conocimiento y a la equidade, parece sensato; no atenta en nada a la filosofía básica de la política económica vigente y puede corregir algunos de los efectos más nocivos de un automatismo ciego”*. (op.cit. 95)

À guisa de conclusão BOISIER elenca alguns elementos a serem transpostos com vistas à formulação de políticas regionais de desenvolvimento. Em relação a origem das políticas públicas, diz que elas são, em primeiro lugar fruto da demanda social, onde os partidos são o principal instrumento e também faz menção ao papel das ONGs. Em segundo lugar se deve a atuação “weberiana” da tecnocracia e em terceiro lugar são o resultado do papel de Estado como árbitro dos conflitos.

Posto isto, o autor conclui que o desenvolvimento regional, em perspectiva nacional, não tem sido jamais uma demanda da sociedade, e que esta era engendrada pela tecnoburocracia que atuava no âmbito do Estado e, que, com o seu debilitamento também ficou problematizada a formulação daquele modelo. Ademais, o Estado,

³Lembrando que esta focalização deriva diretamente das propostas de descentralização, do tipo Neoinstitucionalista

como já foi colocado, vêm sofrendo uma operação desmonte, no bojo da adesão às políticas de corte neoliberal, perdendo substancialmente a capacidade de coordenação dos conflitos regionais.

Por outro lado, BOSIER afirma ser conveniente a formulação de uma política regional, mesmo diante do marco atual da globalização - que mina a lógica de defesa dos interesses nacionais - uma espécie de busca endógena⁴ do desenvolvimento: *"Hay que estar con 'conocimiento', con 'progreso técnico', con 'bienes y servicios' de avanzada (aunque se basen en recursos primarios), con 'capacidad de aprender', en resumen, hay que estar con un posicionamiento inteligente en la globalización, para compartir beneficios y costos, en vez de contentarse sólo con los costos"*. (op.cit.106)

Finalmente, BOISIER alega que a globalização tem alguns aspectos positivos para a sociedade, como a governabilidade, uma vez que aquela se constitui numa guardiã automática da democracia, pelo princípio da complexidade, em que a parte está no todo e vice-versa. Ou seja, não é desejável que algum país se afaste do todo. *"Es más difícil ser golpista en la globalización"*.⁵ (op.cit.107)

O segundo autor analisado, PACHECO, inicia o texto usando a metáfora da luz iluminando o planeta até as regiões antes obscurecidas, para exemplificar o avanço das transações econômicas internacionais. A partir daí ele formula a questão: se a globalização parece ser um processo autosustentado da economia mundial, por que então ela persiste em se alastrar de forma tão diferenciada conforme a região do globo?

⁴ Parece-nos oportuno apresentar o entendimento que Celso Furtado tem a respeito deste tema: "A endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas". (FURTADO, 1984 : 106)

As propostas apresentadas por este e outros autores citados são, em boa medida, fruto dos trabalhos e discussões realizados no âmbito da CEPAL, que estabeleceu ainda, como um limite, a dificuldade de estabelecer, o que Fernando Fajnzylber chamava de um "núcleo endógeno de inovação tecnológica", para o atendimento das diferentes matrizes industriais, além dos aspectos, sobejamente conhecidos ligados aos problemas estruturais dessas economias.

⁵ Não surpreende, nestas condições, que as ditaduras militares tenham se tomado obsoletas. Depois de um curto período de luta política, foram substituídas com vantagem pela ditadura dos mercados e pelo retorno com força redobrada da dominação americana, sempre em aliança com as elites locais". (MELLO, 1997 : 22)

Para responder, PACHECO elege um ponto de partida da globalização: a economia mundial dos estados nacionais e um ponto final: a economia global. *"Estados nacionais são configurações geopolíticas que detêm o poder de influenciar e controlar os fluxos produtivos, mercantis, monetários e migratórios que atravessam um determinado território"*. (PACHECO, 1997 : 6) Entre outros fatores citados, na economia geopolítica há um forte vinculamento espacial de empreendimentos, em todos seus segmentos, a uma plataforma territorial de produção e vendas. Ou seja, a localização de uma cadeia produtiva se dá nos contornos geopolíticos de um Estado nacional, ainda que seus elos estejam espalhados pelo território.

Entretanto, como uma das primeiras conseqüências da economia global, essas cadeias produtivas tendem ao esfacelamento⁶, pelo "(...) acentuado desvinculamento territorial entre os diversos segmentos constituintes de empreendimentos", (op.cit.11) problematizando o desenvolvimento local/regional. Pois, esta desterritorialização dos segmentos das cadeias produtivas leva a uma transferência de poder dos entes geopolíticos - Estados nacionais, para os entes globais - transnacionais e governos supranacionais.

Uma segunda característica da economia global seria uma constante tendência à equalização mundial de preços de bens e fatores de produção de mesma qualidade, independentemente de sua localização, através da migração, comércio e investimentos internacionais.

Como terceira característica que contrapõe-se a anterior, está o acirramento da concorrência internacional, com a explosão de variedades qualitativas de bens e fatores de produção. Ou seja, o que pesa aqui é o investimento em pesquisa e desenvolvimento para ampliar a capacidade de inovar, diferenciar e imitar. *"Em suma, a globalização, ao mesmo tempo em que desterritorializa empreendimentos e - via fluxos internacionais - equaliza, em escala mundial, preços, juros e salários relativos a fatores de mesma qualidade, também infla o espectro de remunerações de bens e*

⁶ Nós percebemos que ocorreu esse fato, especialmente após a trágica abertura econômica ocorrida no Brasil, nos anos 90, estudando o assunto in: *Cadeia produtiva e desenvolvimento regional: o caso do algodão no Noroeste do Paraná*. Dissertação de mestrado. (MICHELLON, 1997)

fatores segundo sua qualidade. Assim é que, por exemplo, talentos raros, informação precisa e rápida e conhecimento exclusivo se tornam insumos críticos para os empreendimentos mais rentáveis da economia global". (op.cit.14) Especialmente essa parte final da citação, corresponde à mesma idéia defendida anteriormente por BOISIER, cuja ênfase foi para as vantagens da sociedade do conhecimento.

Após algumas considerações, além daquelas já anotadas, PACHECO diz estar havendo fortes evidências de que está ocorrendo uma globalização desniveladora. Em outras palavras, parece que não está acontecendo uma globalização para todos e, sim para poucos, para um "subglobo" composto de países favorecidos. Ou melhor, está em curso uma globalização comercial só para os países ricos em detrimento dos países pobres. "Logo, a globalização comercial é aqui confirmada no sentido de que se deu uma desconcentração regional do comércio internacional em favor da Ásia e da Europa Ocidental e em detrimento das Américas. E, ao mesmo tempo, rejeitada quando observada do ponto de vista da África, do Oriente Médio e da Europa Oriental". (op.cit. 22)

Nas suas análises, pelo critério da convergência, onde PACHECO selecionou um grupo de 45 países, oito países ficaram de fora, entre eles Brasil, Uruguai e Argentina - todos do MERCOSUL: "Aqui se tem um indício de que blocos regionais supranacionais podem resultar de uma reação geopolítica a flagrantes perdas de competitividade no âmbito da economia global". (op.cit.27) Ou seja, manteve-se a premissa de estar havendo uma globalização convergente para um "subglobo".

Pelos demais critérios analisados o Brasil está dentro do "subglobo" de 45 países selecionados mas, com ressalvas: "Todos os elementos acima fornecem evidência para a tese de que o Brasil, embora a princípio conste entre os potenciais beneficiários da globalização econômica, vinha desperdiçando estas chances até 1993, na mesma medida que os outros potenciais beneficiários as aproveitam". (op.cit.30)

Portanto, na medida em que, pela análise empírica realizada, fica claro ser inadequado usar o termo "globalização econômica" para descrever o processo em curso, o autor entrou no cerne da questão, para ver quais são os fatores que têm possibilitado a muitas nações

fazer parte deste seletivo "subglobo".

Em relação aos tradicionais fatores locais, dois perderam um pouco o peso de outrora, na decisão de localização dos empreendimentos, principalmente os custos de transporte e custos de telecomunicações. Neste momento de "encolhimento virtual" do planeta Terra, sinteticamente continuam pesando os critérios relacionados aos: custos de fatores de produção, processo produtivo, comercialização, disposições estatais e os relacionados a fatores estratégicos.

Mas, conforme já apontou BOISIER, as regiões candidatas ao desenvolvimento, também na visão de PACHECO, são aquelas dotadas de fatores ligados à formação intelectual, P & D e que contam com infraestrutura de telecomunicações, acesso e escoação lucrativa da produção etc. Por isso, o capital irá migrar para as regiões que apresentem ganhos de eficiência alocativa, podendo ser, num primeiro momento a mão-de-obra barata - por exemplo China, Nordeste do Brasil etc.

Sendo assim, PACHECO coloca como questão central para o desenvolvimento regional, o investimento no **capital humano**: "Porque somente neste ativo econômico repousam as chances de se ter sucesso de longo prazo num ambiente onde as capacidades de inovar, diferenciar e imitar são melhor remuneradas do que a capacidade de ofertar bens homogêneos e padronizados". (op.cit.37)

Este tem sido o drama do desenvolvimento em localidades cuja base é a agricultura tradicional, onde predomina a produção de bens homogêneos, volumosos, sem diferenciação e sem agregação de valor⁷. "Em suma, o encolhimento virtual do globo terrestre produz estímulos econômicos para que as diversas nações tentem agir com bom senso na gestão local". (op.cit.40)

Portanto, partindo do princípio de que a globalização é excludente, paradoxalmente ela oferece chances inéditas de crescimento regional,

⁷ Fanjzyber coloca que, não obstante a necessidade de conciliar crescimento com equidade e progresso técnico, portanto, com desenvolvimento tecnológico, a inserção econômica da América Latina não deve desconsiderar seu potencial baseado nos recursos naturais e produtos primários.

diz PACHECO. Mas, há limites a serem superados pois, todas as regiões são potencialmente localidades dispostas a globalizarem-se, levando ao limite a competição, inclusive com ingredientes da chamada guerra fiscal³. Sendo assim, atraso sócio-econômico, tecnológico, cultural dentre outros, não constituem vantagem para ninguém, devendo ser superados para que se possa aproveitar as chances de crescimento oferecidas por tecnologias modernas presumivelmente disponíveis a baixo custo no âmbito internacional.

Ainda, PACHECO analisa também os aspectos ligados à globalização financeira, atribuindo-se o seu boom a duas causas básicas: às inovações tecnológicas no campo das comunicações e da informática e ao crescimento do patrimônio dos fundos de pensão privados, companhias de seguro e das disponibilidades dos investidores institucionais norte americanos e europeus ao longo da década de 90.

Esses elementos trazidos pela globalização, seja comercial e/ou financeira em velocidade inimagináveis algumas décadas atrás, tem fortes componentes promotores de **destruição das relações sociais de produção** aumentando a desigualdades entre países pobres e ricos, como já se disse, por isso, o autor propõe que deverá surgir um: *"estado-regional descentralizado, com a prioridade de desenvolver seus recursos humanos e, reconhecendo sua heterogeneidade regional, melhorar os dados de moldura das microrregiões sob sua jurisdição, isto de forma que garanta o pleno desdobramento das capacidades cognitivas e criativa dos seus habitantes"*. (grifos nossos - op.cit.48)

Esta proposta, já é um pouco do que se está buscando com a criação dos blocos, devendo-se avançar muito para atingir um estágio de defesa coletiva regional, onde garanta-se o papel mínimo do estado geopoliticamente interventor, do tipo Keynesiano, em direção aos reais anseios e necessidades da população. Por isso, tem se denominado de regionalismo aberto a essa estratégia de inserção global que é ao

³ Em relação a guerra fiscal, há relativo consenso de que, incentivos fiscais não fazem surgir investimentos e não determinam a localização industrial, sendo definidos por lógica de expansão de mercado, estratégia da empresa etc. especialmente para as grandes empresas tipo montadoras. Ainda, é certo que o país perde em arrecadação de impostos, mas não necessariamente os Estados que concedem o incentivo.

mesmo tempo um produto da globalização. Em outras palavras, essa é mais uma faceta da **tensão local-global**: *"Em verdade, o regionalismo é fruto de uma competição por poder entre os atores geopolíticos e os atores globais"*. (op.cit. 51)

PACHECO conclui o texto fazendo referência a um observador lunar, que talvez tenha melhores condições de avaliar com mais propriedade o que realmente está ocorrendo na Terra, diante da dificuldade dos *terráqueos* enxergarem o que objetivamente se passa. Finalmente, ele faz menção a: *"Era de Aquário, cujo marco inicial é o alinhamento raro de três planetas, onde parecemos todos presenciar o começo da Era da Globalização", marcada por uma conjunção incomum de geopolítica, tecnologia e história"*. (op.cit.55)

Em boa medida, estamos vivendo um momento fantástico da história da humanidade, em que se alcançou avanços tremendos em todas as áreas, menos obviamente no que tange à compaixão com o próximo e necessitado, pois, neste mundo, não há tempo para amenidades como essas. Os relacionamentos estão frios e interesseiros, na velocidade de átomos de segundos, à semelhança do dinheiro eletrônico que circula pelo mundo. Por isso, toda cautela é pouca, para evitar-se conclusões apressadas, necessitando-se enxergar o todo, o conjunto da realidade global nos seus vários aspectos: econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais.

O terceiro autor analisado, KREGEL, inicia o texto desmistificando o equívoco que tem se cometido ao propalar-se que a globalização é um processo que leva à distribuição de renda entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Essa visão utópica, possivelmente uma profissão de fé no mercado, desconsidera justamente uma das máximas que se tem dito a respeito do sistema

⁴ Existe uma quantidade considerável de material publicado sobre a dita Nova Era de Aquário, especialmente pelos veículos de orientação Cristã, que desconfiam das suas apregoadas bem-aventuranças, de que haverá paz, prosperidade, amor e satisfação para todos. Veja o destaque trazido pela Revista Raio de Luz (07/98 : 65): *"O objetivo da Nova Ordem Mundial é a globalização nos campos político, econômico e religioso e este plano prevê a dissolução da soberania das nações, para subordiná-las a uma autoridade central. (...) Temos encontro com um ditador mundial, e ele aparecerá em breve. Ele subirá ao poder após o colapso no sistema monetário do mundo, afirmou o economista Julian Snyder"*.

vigente no mundo atualmente, e que não tem sido atacado pelos defensores da ordem que aí está: num mundo de iguais não existiria o capitalismo.

Em primeiro lugar, KREGEL explica que as empresas transnacionais, conforme observação de Coase, minam os mecanismos de regulação via mercado, coordenando as suas ações por medidas administrativas próprias, "fora do mercado". O segundo aspecto, está ligado à falácia do "mercado livre e competitivo", pois as grandes empresas lançam mão dos mecanismos da economia de concorrência imperfeita para garantir seus lucros e, ainda, empresas de países ricos podem ter tamanho maior que empresas de países pobres e, nesse caso, a "livre concorrência" pode beneficiar aquelas em detrimento destas. Outra falácia é a da composição, onde o autor afirma ser impossível existir pleno emprego em um só país, ou que um só país proporcione a demanda agregada necessária ao pleno emprego e ao crescimento globais.

A partir dessas considerações, KREGEL passa a analisar os impactos da globalização financeira, já que este é o tema central do seu artigo. Uma primeira constatação é a de que a mesma venha progredindo mais rapidamente que a comercial, embora seja esta normalmente utilizada como parâmetro de análise e não aquela. Por isso, o autor acredita que não haverá um esfacelamento global dos segmentos de uma cadeia produtiva, no futuro próximo, em função do capital fixo que cria certas "ineficiências" por não ser deslocável no tempo sem custo.

Para KREGEL, a força propulsora das inovações financeiras parece ser o câmbio e as taxas de juros flexíveis. Percebe-se que o dinheiro continua a ser o problema não resolvido da humanidade pois, na década de 70, havia em excesso, nos anos 80, falta, e nos anos 90 o problema tem sido a passagem rápida de um para o outro. A quantidade de dinheiro navegando pelo mundo de hoje é astronômica, alguns arriscam a dizer cifras que chegam a 70 trilhões de dólares, contra um PIB mundial de aproximadamente US\$ 32 trilhões, e, por outro lado, há mais de um bilhão de pessoas vivendo na faixa de miséria absoluta.

Com tanto dinheiro "navegando" por aí, a polêmica está por conta de qual tipo de capital é conveniente de ser atraído para alavancar a economia de um país em desenvolvimento?

Portanto, em relação aos investimentos/empréstimos estrangeiros chega-se a uma situação complicadíssima, do tipo - "se ficar o bicho pega e se correr o bicho come", restando-se a possibilidade de resolver esse "ditado popular", na base de: "se unir o bicho some". Mas, a construção desta alternativa não tem sido tarefa fácil e não é tão simples assim como já demonstrou PACHECO com o seu estado-regional descentralizado: *"A união monetária equivale pois ao estágio final de uma integração regional e pressupõe que os estados membros renunciem a uma política monetária autônoma, aceitando um regime de taxas de câmbio inexoravelmente fixas (entre si)"*. (PACHECO, 1997 : 53) Este quadro pode ser ilustrado pela dificuldade enfrentada pela União Européia com a tentativa de lançar o Euro, que finalmente ocorreu a partir de 01/01/1999.

Mas, há países que estão tentando desenvolver-se sem entrar nas armadilhas colocadas pelos países ricos, como parece ser o caso paradigmático da China, que se despena como uma possível potência econômica do próximo século.

Por sua vez, os países desenvolvidos não estão isentos da instabilidade gerada pela globalização financeira e, estão tentando conduzir esse processo através das instituições cardeais do capitalismo contemporâneo: a Organização Mundial do Comércio¹⁰ (OMC - sucessora do GATT) tendo como coadjuvante o Banco Mundial. *"O crescente predomínio dos assuntos financeiros e monetários sobre o comércio no processo de globalização indica ser preciso criar-se um novo arcabouço teórico que dê conta desses assuntos. De fato, o potencial para conflitos de interesses parece ser bem maior nas áreas financeira e monetária"*. (KREGEL, 1996 : 43) A questão difícil de ser respondida é: as transnacionais, que apresentam mais poder do que outrora, se submetem à coordenação das organizações multilaterais?

¹⁰ "No que se refere à dimensão transnacional dos bancos universais, os governos estão atualmente negociando um acordo de serviços financeiros globais, baseado em garantias recíprocas de acesso ao mercado, sob os auspícios da OMC". (GUTTMANN, 1996 : 77)

Esses conflitos nas negociações são entre empresas globais e governos nacionais, conflitos entre governos nacionais e entre mercados financeiros e governos. O aumento da interdependência gerado pela integração dos mercados financeiros aumentou os riscos de incompatibilidade entre as políticas monetárias e financeiras dos diferentes países. "Isso implica compartilhar o ônus do ajuste e exige uma estrutura global¹¹ para assegurá-lo". (op.cit.44)

KREGEL esclarece que esse papel não pode ser desempenhado pelo FMI, pelo fato do mesmo não ser um prestamista para todos os governos e, ainda, em razão do FMI estar limitado a agir depois da consumação do dano, como ocorreu com o México e mais recentemente com os países asiáticos, principalmente a Coréia do Sul e a Indonésia.

A conclusão do autor é no sentido de que os problemas de coordenação mundial do processo de globalização não serão resolvidos via mecanismos de mercado necessitando-se que elas ocorram em nível global à semelhança da atuação das firmas: "A assimetria no controle global desaparecerá apenas quando as instituições globais reguladoras das finanças internacionais forem criadas no mesmo nível que aquelas que se ocupam do comércio internacional". (op.cit.48)

Portanto, está em curso a gestação de uma Nova Ordem Econômica que mantém, em escala elavada o crescimento desigual das economias dos Estados nacionais, com crescente instabilidade quanto à condução da economia e da política. Sendo assim, esses fatos reforçam a importância dos programas de desenvolvimento regionais serem conduzidos de forma a ter a menor dependência possível e serem ajustados às reais condições da economia local, como forma de sofrer menos os possíveis revezes de percurso ante o risco e a incerteza reinantes num mundo "pseudo global".

11 Posteriormente, o autor vai um pouco além nesta proposta: "Com a atual ideologia dominante do *laissez-faire*, será necessária uma pressão muito forte para que os condutores de política econômica sejam forçados à ação coordenada em direção a um novo regime monetário que equilibre adequadamente os aspectos de bem público e de mercadoria privada da moeda eletrônica". (GUTTMANN, 1997 : 81)

Pelas contribuições do quarto autor, MARTINS, tendo em vista as análises anteriores, aumenta-se a complexidade do assunto ao incluir as implicações da globalização, que serão vistas a seguir, no campo social, espacial, cultural e político. De início ele faz uma afirmação taxativa a respeito dos malefícios da globalização no contexto do objeto de estudo: "(...) a destruição das condições que tornam possível a construção e o funcionamento do regime democrático". (MARTINS, 1996 : 1)

Em seguida, MARTINS faz uma análise do significado da globalização, com seus efeitos perversos nas áreas sociais, com o já citado processo de exclusão em curso, levanta os problemas da concentração de renda e aumento das disparidades entre ricos e pobres, aborda também a questão da destruição dos laços familiares, aumento do uso de drogas, destruição do meio ambiente, aumento dos conflitos etc. Um quadro desolador este apresentado, e que está diante dos nossos olhos todos os dias, basta querer ver, ouvir e olhar ao redor do planeta "virtualmente menor".

Após fazer uma incursão pelos anos dourados do sistema capitalista mundial, de 1945 a 1975, o autor analisa o mundo pós 70. As percepções são aquelas citadas pelos demais autores e estão ligadas à constatação de que houve expansão das grandes empresas com suas "operações complexas" e estruturas tecno-financeiras; também ocorreu nos últimos 30 anos um extraordinário avanço da ciência e tecnologia, em que confirma os pontos levantados por Bosier e PACHECO, quando afirma: "Nos dias de hoje os conhecimentos constituem a vantagem decisiva que bloqueia e derrota os concorrentes". (op.cit.7) Por último o autor fala da macroestrutura financeira, onde reproduz idéia presente em um dos capítulos mais brilhantes da obra de Marx, afirmando que a esfera financeira se autonomizou, ou seja, é o dinheiro gerando dinheiro, constituindo-se um campo de valorização independente, mas contraditória. "As reservas cambiais dos bancos centrais dos principais países não agüentam enfrentar, por mais de dois ou três dias, o giro do mercado mundial de divisas estrangeiras". (op.cit.9)

Implicações sociais

MARTINS cita que apesar do preparo dos executivos das grandes empresas, eles agem como se as pessoas que povoam o mundo fossem invisíveis e, arremata: o fenómeno típico do mundo actual é a exclusão, ideia já defendida por PACHECO. Essa situação está deslocando o campo de luta por justiça por inclusão, ficando a polaridade com "cara nova", estabelecendo-se a luta entre os excluídos e os incluídos, especialmente no mercado de trabalho.

O desemprego hoje é um dos maiores problemas sociais, conforme tem sido sobejamente propalado pela mídia, embora esta não aprofunde nas causas desse fantasma que ronda a casa dos trabalhadores das empresas públicas e privadas. *"Para coroar, verifica-se o surgimento do termo 'subclasse' - termo macabro no dizer de Hobsbawm - cunhado para designar aquela parte da população que, por ter desistido de querer ganhar a vida na economia de mercado, passou a integrar aquela classe que, sendo 'sub', sequer pertence à sociedade de classes"*. (op.cit.11)

Esta "subclasse" criada pela globalização no bojo da Terceira Revolução Industrial, parece ser uma volta àquela mesma classe que já existia na época da Primeira Revolução Industrial, definida por Marx de Lúmpen, pois não eram nem da classe burguesa e nem pertenciam ao proletariado. As moscas parecem ser as mesmas, só mudou (...) o número da Revolução.

Implicações espaciais

O autor confirma o que os anteriores já abordaram: a globalização é excludente também em termos espaciais, sendo seletiva e polarizadora: *"As práticas segregacionistas atualmente em curso comprovam que os bens situados pouco se importam com a desdita dos marginalizados"*. (op.cit.12)

Está havendo uma espécie de "pedágio espacial" para impedir o direito de ir e vir das pessoas das regiões onde a mão-de-obra é mal remunerada para as regiões mais prósperas. Apenas ao capital o trânsito é livre pois, especialmente na forma dinheiro, ele é um ente veloz e que não encontra barreiras à entrada e saída: *"Se a globalização cria a irrelevância de uma parte importante da população mundial, os indivíduos e as*

sociedades assim ignorados, reduzidos a uma condição infra-humana, respondem com a redefinição autônoma dos critérios de humanidade e declaram não-humanos, infiéis e satânicos os que se integram no novo sistema". (op.cit.13)

Implicações culturais

Talvez esse seja o aspecto em que as pessoas "comuns" mais tenham a dizer algo, ainda que não percebam o que está por trás da deterioração observada no seio da sociedade. O esfacelamento da família tem sido observado de Norte a Sul e, os governantes tentam mantê-la unida, como aconteceu no final do mês de julho de 1998, onde o governo da Inglaterra lançou uma campanha contra a separação dos casais, depois de perceber que de cada três crianças que estão na escola uma é de pais separados. Esse fato está ganhando importância após a "redescoberta", na década de 90, da importância do papel do pai na criação dos filhos, juntamente com correntes de pensamento do tipo inteligência emocional que reforçam esse aspecto, ou seja, dá a impressão que a humanidade, dita "pós-moderna", está sendo obrigada a reinventar a roda, embora não se saiba se haverá tempo suficiente para isso, com a exacerbação do individualismo pressionado pela competitividade sem limites.

Outra vítima da globalização - a juventude - tem sofrido ataques de todas as formas, deixando-a desprovida de ideais mais nobres, onde o máximo que conseguem fazer, é tirar "rachas" de carros e motos, fumar, beber, usar drogas, se prostituir, "colocar fogo em índio", consumir marcas estandardizadas sem reflexão, enfim, vale o momento pelo momento, impregnados que estão pelo "ultramediatismo"¹² imposto pela globalização financeira, onde tudo é instantâneo, e até mesmo descartável, à semelhança do dinheiro de papel que, apesar de ter liquidez máxima, está caindo na obsolescência, com exceção "momentânea" do dólar.

Essa temática ganhou notoriedade a partir do instante em que os políticos e intelectuais de várias matizes ideológicas começaram a

¹² Cunhamos essa expressão, que é mais uma criação do capital, por achá-la condizente com a evolução do imediatismo na "pós-modernidade".

perceber que a deterioração da família está levando a uma deterioração da nação, ou melhor, das nações¹³. "Poucos são ainda os que sentem comprometidos com essa totalidade multifacética, integradora de distintas classes, raças, regiões e setores, supostamente capaz de fazer a síntese das diferenças sob a égide de uma origem, uma cultura e uma história comuns. Pensar, sentir e agir como membro da nação simplesmente deixa de ter sentido, a não ser como arcaísmo, no mundo liberal-globalizado". (grifos nossos - op.cit.16)

As reações a estes acontecimentos - de final de século, de milênio e de Era - que tem deixado as pessoas boquiabertas, tem sido na linha do "tribalismo" como já se disse. São movimentos de caráter étnico-regionais, étnico-religiosos, fundamentalistas sectários, oportunistas religiosos, proliferação de ONGs [que tendem a mimetizar o fenômeno comunitário ao se representarem como seres da cidadania auto-organizada] etc, que tentam constituir-se como comunidades alternativas nas quais esperam encontrar abrigo seguro, companhia fraterna e razão de ser.

Implicações políticas

O eixo do artigo desemboca neste ponto, no qual MARTINS alega que o impacto da globalização econômica na esfera política foi arrasador. A primeira menção diz respeito a tópico já abordado pelos demais autores, o esvaziamento do Estado, com a perda de poder, recursos e funções. O Estado que antes se preocupava com o desenvolvimento, pleno emprego e o bem estar agora tem de cuidar de sua credibilidade diante dos mercados financeiros, que como se sabe é muito vulnerável a boatos (do latim *boatu* = mugido ou berro de boi) do tipo, se o Fulano x for eleito presidente ... o mercado reagirá desfavoravelmente. Ou seja, esse tipo de prática é uma ameaça aberta à democracia do país e uma ameaça direta a autodeterminação dos povos. "Em resumo, o que sobrou do poder esvaziado do Estado nacional concentrou-se nas mãos de autoridades não-eleitas, politicamente irresponsáveis". (op.cit.18)

¹³ É sintomático a este respeito a realização do 1º Congresso do Mercosul para a Prevenção de Drogas no Trabalho e na Família, ocorrido em Porto Alegre, em 1998, por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP) e da FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul).

O segundo aspecto que o autor chamou a atenção foi com relação a obsolescência da democracia, dizendo que os democratas também viraram dinossauros, seres do passado, pregadores de antigos ideais. Claro, os ideais de democracia ao longo da história sempre estiveram ligado às pessoas mais altruístas, isentas e com espírito de solidariedade, parecendo serem dotadas de "ingenuidade política", até que a situação foi mudando, e hoje, a "democracia" é feita à custa de campanhas eleitorais milionárias, corrompendo-se já no nascimento das propostas. Ademais, a "ética do capitalismo avançado" que vigora na "idade pós-moderna" potencializou a "lei de Gerson" - leve vantagem você também. Dito de outra forma, o que interessa, dizem, é o meu sucesso: "Num sistema assim descentrado, cada um cuida de si e ninguém do todo. Onde nenhuma autoridade é soberana, a democracia - o regime da soberania popular - é simplesmente impensável". (op.cit.19)

A terceira vertente que MARTINS citou foi o desmorramento dos partidos políticos, entendidos como organizações abertas à participação sistemática dos militantes. O autor explica a raiz desse processo de esvaziamento: "O absentismo do cidadão demissionário é fruto de um raciocínio lapidar: se as próprias autoridades eleitas reinam mas não governam, o que nós outros, homens e mulheres do povo, temos a fazer no âmbito da vida político-partidária? Rigorosamente nada, ou melhor dizendo, nada que não seja em vão". (op.cit.20)

Portanto, em meio a um quadro desses, na ausência de crenças e sonhos, fica difícil o desenvolvimento de lutas políticas e ideológicas e, nessas condições não há lugar para a democracia, é o resumo da conclusão do autor, que assinamos em baixo. Fica, aberta, em boa medida, a oportunidade do local revalorizar essas qualidades que estão sendo desvalorizadas na sociedade globalizada.

As contribuições do último autor, REIS e colaboradores, discutindo a regulação macro-econômica e o nível local, com ênfase ao caso de Portugal, elencou alguns fatores que o local precisa ter para se credenciar ao desenvolvimento, corroborando, em grande parte, com as proposições dos demais autores citados neste trabalho. Para ele "vence" as regiões que possuem capacidade de iniciativa e que

apresentam cultura técnica, e "estas são condições localizadas". (REIS, 1987 : 18)

Ainda, para o autor, "(...) a regulação local dos processos de industrialização é relativamente significativa". (op.cit.19) Este é um ponto chave deste processo: a orquestração do interesse local é fundamental para o desenvolvimento. Mas, esbara-se na luta competitiva e egoísta de cada indivíduo em prol do seu negócio pois, o segredo industrial se constitui numa arma da concorrência capitalista. A socialização das informações não ocorrem com frequência, e só tende a piorar na medida em que o tamanho da firma aumenta. Para SCHUMPETER são as grandes empresas que realizam as inovações importantes, e a concorrência "pós-moderna" é uma concorrência de gigantes¹⁴ eficientes, que tendem a determinar o ritmo e o sentido do crescimento econômico, bem como a distribuição de renda.

Estamos tentando mostrar alguns passos necessários para uma localidade se credenciar ao desenvolvimento, inclusive montando uma rede de pequenas empresas, que têm o seu papel nesse processo na geração de empregos e de renda. Mas, fica latente o questionamento sobre as reais possibilidade de inverter a lógica que parece comandar o capital, especialmente após a Primeira Revolução Industrial, acirrada com a globalização na economia de mercado.

REIS fala da necessidade de uma transição para novos modos de regulação-econômica: "Ao dar-se o esgotamento de uma lógica central de regulação (...) as economias contemporâneas deparam-se com a necessidade de um novo modelo cuja natureza essencial consiste na existência de organizações em que se combinam a concepção e a execução". (REIS, 1988 : 130-1) O autor está fazendo referência ao período de vigência do **fordismo**, onde, nas palavras de Alain de Janvry, a economia era socialmente articulada, pois os salários e a produtividade cresciam juntos, ou melhor, os

trabalhadores e os patrões eram mais articulados. No **pós-fordismo**, a economia está socialmente desarticulada¹⁵, cujos reflexos são o aumento do desemprego, redução dos salários, maior tensão entre patrões e empregados etc, por isso, a necessidade do surgimento de algo novo. Para REIS, este novo é o local: "(...) onde a identidade entre a concepção e a execução resultam em grande medida de ser o espaço local, e não tanto cada empresa isoladamente, que constituem o lugar de organização do ciclo produtivo". (op.cit.131)

Sendo assim, o autor realça a importância e o papel dos sistemas produtivos locais. O local passa pela "espessura" do seu tecido social, da sua complexidade e capacidade de articulação dos seus interesses. Por isso, dois pares de bicudos que raramente se beijam, os técnicos e cientistas e os políticos e empresários, juntamente com as demais forças vivas regionais, precisam trabalhar juntos para orquestrar os interesses em prol do desenvolvimento local.

Ademais, para REIS e JACINTO, as associações empresariais locais são agentes principais do desenvolvimento regional, pelo fato delas conseguirem fazer a "orquestração dos interesses locais"¹⁶ com vistas ao desenvolvimento, articulando e buscando o apoio de outras instituições Municipais, Estaduais e Federais, da esfera pública e privada. Por isso, quanto mais instituições locais voltadas para o desenvolvimento regional existir, maior será o desenvolvimento local, pois alguém tem que puxar o processo: "A cooperação das Associações Empresariais com outras entidades contribui também para o adensamento das relações institucionais de nível local". (REIS & JACINTO, 1992 : 75)

Neste sentido, alguns países já avançaram, institucionalizando¹⁷ a figura do "Agente de Desenvolvimento", cuja principal tarefa é a de

¹⁴ Alessandro Bonanno (1997 : 13), estudando a questão do Pós-Fordismo global diz: "Mas o mais importante para esse estudo é a ruptura na unidade espacial-temporal da política e da economia que caracterizou as primeiras fases do desenvolvimento do capitalismo".

¹⁵ Em trabalho realizado, em 1997, já citado, percebemos que foi precisamente a falta de "orquestração dos interesses regionais" que mais explicou o fato da cadeia produtiva do algodão não ter sido completada no Noroeste do Paraná - Brasil.

¹⁷ "O despacho normativo nº 72/85 do Ministério do Trabalho e Segurança Social de Portugal, que consagra a figura do Agente de Desenvolvimento, designa-lhe as seguintes competências (...)" (RUIVO, 1988 : 257)

¹⁴ Robert Boyer (1992 : 40) confirma este ponto: "No âmbito da atual crise, e de lá uma década para cá, tem vindo a observar-se novamente uma elevada concentração financeira a par com uma significativa descentralização produtiva. É qualquer análise econômica tem de ter em conta estes dois fatores. À medida que se reforça a concorrência diminui progressivamente o número de pequenas e médias empresas que se mantêm independentes".

"animação da comunidade" objetivando o seu desenvolvimento. Ademais, percebe-se pelo texto de RUIVO, que o ponto importante está no papel central do animador local, que promoverá e dinamizará os pontos-chaves para uma localidade realizar uma efetiva "orquestração dos interesses locais". Por isso, podemos afirmar que a educação por si só, não garante o processo de desenvolvimento autosustentável, necessitando-se do envolvimento das forças vivas da comunidade para realizar tal proeza.

Conclusão

Foi unanimidade entre os autores que a globalização financeira e econômica é um processo excludente entre países e, entre regiões dentro dos países e ainda entre pessoas¹⁹. O antídoto recomendado por eles, para enfrentar esse veneno global, foi o conhecimento. BOISIER referendou a idéia de que "a história do futuro é a história da **sociedade do conhecimento**"; PACHECO alegou que o melhor ativo para se investir é no **capital humano**; MARTINS afirmou ser o **conhecimento a vantagem decisiva**; KREGEL falou da necessidade de criar-se um novo **arcabouço teórico** para entender melhor os aspectos ligados à globalização financeira e a sua (im)possível regulação e, finalmente, REIS deu ênfase para a **capacidade de iniciativa local** para gestar um processo de desenvolvimento.

Por outro lado, há aspectos em que os autores divergiram, pelo menos no enfoque, ou até mesmo na crença do que poderá funcionar daqui para a frente. Para BOISIER, os partidos políticos e até as ONGs tem um papel importante para representar os interesses das comunidades nas formulações de política regional, argumento que é escorraçado por MARTINS, que ataca as ONGs como sendo representantes de auto-cidadania, uma espécie de legislação em causa própria, e os partidos políticos na essência da palavra não existirem

¹⁹ "A globalização então assume um caráter 'desigual' na medida em que inclui e simultaneamente marginaliza várias áreas do mundo. Neste contexto, o desenvolvimento sócio-econômico torna-se um fenômeno separado dos processos nacionais para aqueles segmentos que podem ou não estar envolvidos nas cadeias globalizadas de produção. Em outras palavras, a Nação decreta em importância, sem todavia tornar-se totalmente irrelevante no estabelecimento de padrões de desenvolvimento" (BONANNO, GRAZIANO e MARSDEN, 1997 : 4)

mais, apontando a falência da democracia²⁰ e, sendo assim, como ficam as idéias de BOISIER? Um pouco na linha intermediária está o PACHECO, apontando as políticas descentralizadas de gestão local, acreditando-se que aí poderá angariar alguma participação popular. Já KREGEL acha que soluções simplistas do tipo, colocar a ordem na casa e tudo se resolverá, não tem como acontecer diante da interdependência internacional de hoje. Já Ruivo, elenca uma série de perguntas a serem respondidas sobre o "fracasso" das políticas de desenvolvimento local.

Sendo assim, uma localidade deverá praticar um pouco de tudo, ou tentar ouvir tudo e reter o que for bom para o seu projeto de desenvolvimento, embora as análises anteriores diminuam os graus de liberdade nesta direção.

Outro ponto que chamou a atenção foi a localização ou a constituição das cadeias produtivas. PACHECO fala em esfacelamento dos segmentos, mas depois alega que a localização será seletiva por setores específicos. KREGEL, acha que a dependência do capital fixo ainda segurará as cadeias com suas células próximas por um bom período. Logo, há setores em que um local terá condições de sediar todos os seus elos e, em outros, participará apenas em partes do processo, aproveitando-se um pouco a idéia de desenvolvimento endógeno apontada por BOISIER. Há também as oportunidades qualitativas, na linha da diferenciação dos produtos, para atender especialmente aos *nichos* de mercado elitizados.

Um aspecto que foi abordado pela maioria dos autores, e que aparece como uma espécie de salvação da pátria, é que se tiver tecnologia tudo estará resolvido para os países em desenvolvimento. Não é bem assim, mas sem dúvida, esse é um aspecto que merece a máxima atenção, ao lado dos demais itens levantados, especialmente aqueles relacionados à governabilidade.

Há um aspecto onde a globalização pode estar contribuindo, justamente aquele relacionado ao meio ambiente, em função da tomada de consciência dos problemas ambientais pelo mundo afora.

²⁰ Bonanno fortalece essa idéia: "Em sua essência, o estabelecimento dos circuitos globais possibilitou a emergência de processos que destruíram as condições da democracia Fordista" (op.cit.35)

Antes de todo este movimento de "encolhimento virtual" do planeta Terra, havia destruição do meio ambiente, embora não se soubesse ao certo das dimensões deste problema para o conjunto da população mundial. Atualmente, após a realização da Estocolmo 1972, Rio 92²⁰ e de Kyoto 97, a idéia do desenvolvimento sustentável vêm ganhando cada vez mais importância na agenda global. Por isso, qualidade de vida e desenvolvimento econômico sustentável estão na ordem do dia das discussões em diversos países, abrangendo diversos campos do conhecimento.

Ademais, essa proposta ganha espaço diuturnamente através da ampliação desta pauta, passando pela discussão dos recursos naturais e a sua "correta" exploração, incorporando os demais atores que estão imbricados, como o clima²¹, solo, planta, animal, meio ambiente e homem. Dito de outra maneira, cresceu a preocupação com a administração da casa e também com a organização da casa, através da interação das áreas de economia e ecologia, respectivamente. E, aqui aparece novamente a tensão global "versus" local, pois, cresce a fiscalização sobre o que o vizinho - país, região - está fazendo em termos de destruição ambiental, uma vez que esta "pequena terra" é a casa de todos. Surgiu inclusive modelos de ecossistemas, como a ecosfera 2, para estudar em miniatura os problemas ambientais, afinal de contas o planeta terra não tem seguro de vida. Esse controle ao nível local e global está problematizado mas, não para a "globalização ambiental", que prevê ações mais concretas e palpáveis tanto em nível local como global²², faltando vontade política para implementá-las. Entretanto, se por um lado a globalização ambiental²³ aprofunda a idéia do SER a globalização comercial e financeira potencializa a idéia

²⁰ A máxima tornou-se: **MEIO AMBIENTE: pensar globalmente, agir localmente.**

²¹ Na rio 92 - 150 países assinaram a convenção 4 que trata da proteção ao clima e ao seu estudo; e o Protocolo de Kyoto, foi assinado por 159 países, cuja meta é reduzir em média, 5,2% a emissão de gases poluentes entre 2008 e 2012, em relação à poluição de 1990.

²² Para Alessandro Bonanno, o Pós-Fordismo Global aumentou a dependência mútua entre o Global e o Local. "Na essência, o Pós-Fordismo global não é um sistema globalizado, mas um sistema de mobilidade global, e de ações globais, que opera em reação às condições que se manifestam nos territórios locais e regionais". (op.cit.1997 : 7)

²³ Através do uso de satélites e do GPS (Global System Position) é possível identificar com precisão onde está havendo degradação ambiental e propor ações para cobri-las.

pelo TER, estabelecendo uma crise entre ambas, que se arrasta ao longo da história mas, que está se acirrando no momento e, pelo andar da carruagem, parece que o TER está ganhando a batalha pelo esfacelamento do SER.

Finalmente, percebemos que continua havendo o processo de aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho e, nesse caso, os países em desenvolvimento, que já possuem uma economia menos organizada socialmente, e principalmente as áreas locais/rurais, que são mais atrasadas ainda dentro desses países, estão sendo as candidatas a perderem novamente, pelas dificuldades de realizarem a orquestração dos seus interesses. Estas regiões estão "escravizadas" por todos os grupos de interesses, sejam das TNCs, sejam das elites dos países, dos latifundiários dentro destas regiões etc. Romper esse círculo vicioso histórico, é tarefa das mais prementes e urgentes, com vistas ao desenvolvimento local/regional sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOISIER, S. A política regional na América Latina bajo el signo de la globalización. Konrad Adenauer Stiftung. IPEA. Debates, n.12. 1996.
- BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e Pós-Fordismo no setor agroalimentar. 1997, mimeo.
- BONANNO, A., GRAZIANO da SILVA, J. e MARSDEN, T. Globalização e Localização: elementos para entender a reestruturação dos Espaços Rurais. 1997, mimeo.
- BOYER, R. Alternativas ao Fordismo: uma análise provisória. Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, n.35, jun.1992.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/1995. Economia e sociedade, Campinas, n.8, jun. 1997.
- JANVRY, A. Why do Governments do what they do? The case of food price policy. In: Johnson, D. G. e Schuh, G.E. eds. The Role of Markets in the World Food Economy. Colorado, Westview Press. 1983.
- FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GUTTMANN, R. A transformação do capital financeiro. Economia e Sociedade, Campinas, n.7, dez.1996.

- KREGEL, J. A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, dez. 1996.
- MARTINS, C. E. Da globalização à falência da democracia. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jul. 1996.
- MELLO, J. M. C. de. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: Tavares, M. da C. e Fiori, J. L. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MICHELLON, E. Cadeia produtiva e desenvolvimento regional: o caso do algodão no Noroeste do Paraná. Maringá, 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá - UEM.
- PACHECO, R. Prerrogativas locacionais face à economia globalizada: uma introdução conceitual. In: Konrad Adenauer Stiftung. *Série pesquisas*, n. 8, 1997.
- REIS, J. Os espaços da industrialização - notas sobre a regulação macro-econômica e o nível local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.22, abr. 1987.
- _____. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.25/26, dez. 1988.
- _____. & JACINTO, R. As associações empresariais e o Estado na regulação dos sistemas produtivos locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.35, jun. 1992.
- RUIVO, F. Agentes de desenvolvimento local, formação e recursos endógenos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.25/26, dez. 1988.